

Ataques à democracia e à votação eletrônica são retomados pela extrema direita

PT

07/04/2026

Falas de Flávio Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro revivem o golpismo e desprezo às instituições. TSE tenta conter desinformação com programa implementado desde 2019



O avanço da desinformação e os ataques ao processo democrático têm sido uma preocupação constante no Brasil, em especial após a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Em 2026, as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro voltam a ser alvo de mentiras, mais uma tentativa orquestrada de deslegitimar o sistema de votação e a [escolha democrática da sociedade](#).

Num cenário de extrema polarização política, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, afirmou, em evento conservador nos Estados Unidos, que “se os votos forem contados corretamente” ele será o vencedor da disputa. Ou seja, o resultado só vale, na cabeça do parlamentar, se ele for o eleito. Além disso, o bolsonarista disse que caberá aos Estados Unidos monitorar o pleito brasileiro. As afirmações foram tão graves que levaram os jornais [O Estado de S.Paulo](#) (“[Tal pai, tal filho](#)”) e [Folha de S.Paulo](#) (“[Duvidar das eleições é golpismo de Flávio Bolsonaro](#)”) a criticar, nos respectivos editoriais, a postura golpista de Flávio Bolsonaro.

Na mesma toada, [Eduardo Bolsonaro, o deputado cassado](#) e outro filho de Jair Bolsonaro, também reforçou a subserviência aos Estados Unidos e disse que vai denunciar irregularidades da disputa eleitoral brasileira ao governo de Donald Trump. “O Brasil corre o risco de não ter uma eleição reconhecida pelos Estados Unidos”, sem nenhum compromisso com a verdade.

Enquanto a desinformação se espalha, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem implementado uma série de ações para proteger a integridade das eleições e fortalecer a confiança da população.

Enfrentamento permanente à desinformação

Desde 2019, o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação (PPED) tem sido uma das principais estratégias da Justiça Eleitoral para combater conteúdos falsos. Em 2021, o programa tornou-se contínuo, e em 2022, a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) foi instituída para reforçar o monitoramento.

Mais recentemente, em 2024, o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE) foi criado para atuar de forma articulada na identificação e resposta à disseminação de informações falsas.

Atualmente, o PPED conta com uma ampla rede de cooperação, incluindo 165 parcerias com plataformas digitais, agências de checagem, instituições públicas e privadas, e partidos políticos. Essas parcerias visam reduzir os impactos da desinformação no ambiente eleitoral.

No campo normativo, o TSE também tem se adaptado às novas dinâmicas digitais. Em 2024, regulamentou o uso de inteligência artificial nas campanhas eleitorais e proibiu conteúdos manipulados, como os *deepfakes*. As regras foram atualizadas em 2026 para enfrentar os desafios crescentes dessas tecnologias.

Além das medidas institucionais e regulatórias, a Justiça Eleitoral investe em ações educativas e de comunicação para conscientizar a população. A websérie “V de Verdade – Em terra de fatos, fake não tem vez” é um exemplo, buscando orientar os eleitores sobre como identificar conteúdos falsos e a importância da informação de qualidade. Em 2025, um grupo de trabalho com especialistas foi criado para formular diagnósticos e propostas para aprimorar o enfrentamento à desinformação eleitoral, e um repositório público de decisões da Justiça Eleitoral sobre o tema foi consolidado.

Com esse conjunto de ações, o TSE busca não apenas reagir à circulação de *fake news*, mas também fortalecer a transparência, a segurança e a credibilidade das eleições brasileiras, pilares fundamentais para a democracia.

Via pt.org.br

Compartilhe nas redes: